

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no HABEAS CORPUS Nº 397.596 - SP (2017/0094978-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : GUILHERME DA CRUZ (PRESO)
AGRAVANTE : GIOVANE DE MELO ALVES (PRESO)
ADVOGADO : ARNALDO CÉSAR DA CRUZ - SP214250
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. *EMENDATIO LIBELLI*. CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A CONDENAÇÃO NÃO ROMPIDA. FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ANÁLISE PREJUDICADA DIANTE DO INÍCIO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. DOSIMETRIA DA PENA. TESE RECENTEMENTE AFASTADA POR ESTA TURMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de *habeas corpus* substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.
2. A tese de que os pacientes são meros usuários de drogas consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do *habeas corpus* ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.
3. A inserção, na condenação, de circunstância não constante da denúncia, que não se mostra penalmente relevante a ponto de romper a correlação exigida entre a acusação e a sentença condenatória, não provoca a alegada nulidade do feito.
4. Confirmada a sentença condenatória em grau de apelação, há novo título apto a embasar a segregação dos pacientes. Assim, fica prejudicado o exame dos fundamentos da prisão preventiva.
5. O alegado erro na dosimetria da pena já foi analisado

Superior Tribunal de Justiça

por esta Corte quando do julgamento do AREsp. 1.248.488/SP. Assim, por se tratar de mera reiteração, a questão da dosimetria da pena não merece ser conhecida.

6. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator